

Sigmund
Freud

Totem e tabu

Algumas concordâncias entre
a vida psíquica dos homens primitivos
e a dos neuróticos

Tradução de
PAULO CÉSAR DE SOUZA

PENGUIN



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright da tradução © 2012 by Paulo César Lima de Souza
Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

A presente edição tem supressões pontuais.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

TÍTULO ORIGINAL

*Totem und Tabu. Über einige Übereinstimmungen
im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker.*

Publicado como livro em 1913.

CAPA E PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
warrakloureiro

PREPARAÇÃO

Célia Euvaldo

REVISÃO

Huendel Viana

Adriana Cristina Bairrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freud, Sigmund, 1856-1939.

Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos / Sigmund Freud; tradução de Paulo César de Souza. — 1ª ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

Título original: Totem und Tabu. Über einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker.

ISBN 978-85-63560-61-2

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Psicanálise. 3. Psicologia. 4. Psicoterapia. 1. Título

13-00387

CDD-150.1954

Índice para catálogo sistemático:

1. Sigmund, Freud: Obras completas: Psicologia analítica 150.1954

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Prefácio

Os quatro ensaios seguintes — originalmente publicados com um título que é agora o subtítulo, nos dois primeiros volumes da revista *Imago*, por mim editada — constituem minha primeira tentativa de aplicar perspectivas e resultados da psicanálise a problemas ainda não solucionados da psicologia dos povos. Eles oferecem um contraste metodológico, por um lado, à extensa obra de Wilhelm Wundt, que utiliza as hipóteses e métodos de trabalho da psicologia não analítica para o mesmo propósito, e, por outro lado, aos trabalhos da escola psicanalítica de Zurique, que buscam, inversamente, resolver problemas da psicologia individual com o auxílio de material etnopsicológico [Jung]. De bom grado reconheço que de ambos os lados veio o estímulo imediato para meus próprios trabalhos.

As deficiências desses últimos me são familiares. Não mencionarei aquelas relacionadas ao caráter pioneiro de tais pesquisas. Outras, no entanto, exigem uma palavra introdutória. Os quatro ensaios aqui reunidos pedem o interesse de um círculo maior de leitores cultos e, no entanto, podem realmente ser entendidos e apreciados apenas pelos poucos aos quais a psicanálise não é estranha em sua peculiaridade. Eles também querem fazer a intermediação entre etnólogos, linguistas, folcloristas etc., de um lado, e psicanalistas, de outro, mas não podem fornecer aos dois lados

aquilo que lhes falta: àqueles, uma satisfatória introdução à nova técnica psicanalítica; a estes, um domínio suficiente do material a ser trabalhado. Provavelmente terão de satisfazer-se, pois, com atrair a atenção das duas partes e suscitar a expectativa de que uma cooperação mais frequente não deixaria de ser benéfica para a pesquisa.

Os dois temas principais que fornecem o título deste pequeno livro, o totem e o tabu, não são nele tratados da mesma forma. A análise do tabu aparece como tentativa segura e exaustiva de solução do problema. A investigação sobre o totemismo limita-se a declarar que “é isto o que a observação psicanalítica pode contribuir, no momento, para esclarecer a questão do totem”. Tal diferença liga-se ao fato de que o tabu ainda subsiste entre nós; embora considerado negativamente e dirigido a outros conteúdos, ele não é outra coisa, em sua natureza psicológica, senão o “imperativo categórico” de Kant, que tende a agir coercitivamente e rejeita qualquer motivação consciente. Já o totemismo é uma instituição social-religiosa alheia à sensibilidade atual, realmente há muito abandonada e substituída por novas formas, que deixou traços mínimos na religião, nos usos e costumes dos povos civilizados de hoje, e que teve de sofrer grandes transformações mesmo nos povos que ainda a mantêm. O avanço técnico e social da história humana afetou muito menos o tabu do que o totem. Neste livro tentou-se, ousadamente, descobrir o significado original do totemismo a partir de seus traços infantis, dos indícios que reafioram no desenvolvimento de nossas crianças. A estreita relação entre totem e tabu nos leva adiante na hipótese que sustentamos; e se, enfim, esta resulta bastante improvável, esse caráter não chega a representar objeção à possibilidade de que ela se aproxime em alguma medida da realidade, de tão difícil reconstrução.

Roma, setembro de 1913.

I

O horror ao incesto

Conhecemos o homem pré-histórico, nos estágios de desenvolvimento que percorreu, pelos monumentos e utensílios que nos deixou, pelas informações sobre sua arte, sua religião e concepção de vida, que nos chegaram diretamente ou pela via da tradição, em lendas, mitos e fábulas, e pelos vestígios de sua mentalidade em nossos próprios usos e costumes. Além de tudo, ele ainda é, em certo sentido, nosso contemporâneo; existem homens que acreditamos ainda estar bem próximos dos primitivos, bem mais próximos do que nós, nos quais vemos, portanto, seus representantes e descendentes diretos. Assim consideramos os que são chamados de selvagens e semisselvagens, cuja vida psíquica tem especial interesse para nós, se nela pudermos reconhecer um estágio anterior e bem conservado de nossa própria evolução.

Se esta premissa for correta, uma comparação entre a “psicologia dos povos da natureza”, tal como é ensinada pela etnografia, e a psicologia dos neuróticos, tal como foi revelada pela psicanálise, mostrará numerosas coincidências e nos permitirá ver sob nova luz fatos já conhecidos das duas disciplinas.

Tanto por razões externas como internas, escolherei para essa comparação as tribos que foram descritas, pelos etnógrafos, como as mais atrasadas e miseráveis, as dos aborígenes do mais novo continente, a Austrália, que também em sua fauna conservou muito de arcaico e já desaparecido em outras partes.

Os aborígenes da Austrália são vistos como uma raça particular, sem parentesco físico nem linguístico com seus vizinhos mais próximos, os povos melanésios, polinésios e malaaios. Eles não constroem casas nem pa-

lhoças permanentes, não trabalham o solo, não criam animais domésticos, exceto o cão, e não conhecem nem mesmo a arte da cerâmica. Alimentam-se quase exclusivamente da carne dos animais que abatem e das raízes que desenterram. Eles desconhecem reis ou chefes, a assembleia dos homens maduros decide sobre as questões comuns. Traços de religião, na forma de adoração de seres superiores, dificilmente lhes podem ser atribuídos. As tribos do interior do continente, que lidam com as mais duras condições de vida, em virtude da escassez de água, parecem ser mais primitivas que as que moram na proximidade da costa.

Certamente não esperamos que esses pobres canibais nus observem uma moral como a nossa em sua vida sexual, que tenham imposto a seus instintos sexuais um alto grau de limitação. Sabemos, no entanto, que estabeleceram por meta, com enorme cuidado e penosa severidade, o impedimento de relações sexuais incestuosas. De fato, toda a sua organização social parece servir a tal propósito ou estar ligada à sua realização.

No lugar das instituições sociais religiosas que não têm, acha-se entre os australianos o sistema do *totemismo*. Suas tribos dividem-se em clãs ou estirpes menores, cada qual nomeado segundo seu *totem*. Mas o que é o totem? Via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã. O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo). O caráter do totem não é inerente a um só animal ou ser individual, mas a todos da espécie. De quando em

quando são celebradas festas, em que os membros do clã representam ou imitam, em danças cerimoniais, os movimentos e as características de seu totem.

O totem é transmitido hereditariamente, por linha materna ou paterna. A primeira forma é provavelmente a original em toda parte, apenas depois sendo substituída pela segunda. A relação com o totem é o fundamento de todas as obrigações sociais para um australiano; ela se sobrepõe ao fato de pertencer a uma tribo, por um lado, e ao parentesco sanguíneo, por outro lado [Frazer].

Ele não se acha ligado a um solo ou lugar; seus membros moram separados uns dos outros e convivem pacificamente com os seguidores de outros totens.¹

1 Este resumo tão sucinto do totemismo carece de algumas explicações e reservas. A palavra “totem” foi tomada dos peles-vermelhas norte-americanos pelo inglês J. Long, na forma “*totam*”, em 1791. O objeto mesmo despertou gradualmente o interesse científico e deu origem a uma substancial literatura, na qual destaco, como obras principais, o livro em quatro volumes de J. G. Frazer, *Totemism and exogamy*, de 1910, e os livros e ensaios de Andrew Lang (*The secret of the totem*, de 1905). O mérito de haver percebido a importância do totemismo para a pré-história da humanidade pertence ao escocês J. Ferguson McLennan (1869-70). Instituições totêmicas foram ou são ainda hoje observadas também entre os índios da América do Norte, entre os povos da Oceania, na Índia Oriental e em boa parte da África. Mas alguns traços e vestígios, que de outra forma seriam difíceis de interpretar, levam a concluir que o totemismo também já existiu nos primeiros povos arianos e semitas da Europa e da Ásia, de modo que muitos pesquisadores se inclinam a nele enxergar uma fase necessária da evolução humana, universalmente percorrida.

Como chegaram os homens pré-históricos a admitir um totem, ou seja, a tornar sua descendência deste ou daquele animal o fundamento de suas obrigações sociais e, como veremos, também de suas restrições sexuais? Acerca disso há

Agora nos voltamos, enfim, para a característica do sistema totêmico que interessa também ao psicanalista. Em quase toda parte em que vigora o totem há também a lei de que *membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar*. É a instituição da *exogamia*, ligada ao totem.

Esta proibição, severamente mantida, é bastante singular. Nada no conceito e nas características do totem, como até agora vimos, permite antecipá-la. Não se compreende, então, como foi incluída no sistema do totemismo. Por isso não nos surpreendemos quando alguns pesquisadores supõem que originalmente — no começo da história e em seu verdadeiro sentido — a exogamia nada tinha a ver com o totemismo, e foi-lhe agregada depois, sem vínculo mais

várias teorias, das quais o leitor alemão pode achar um sumário na *Völkerpsychologie* [Etnopsicologia], de W. Wundt (v. II, *Mythus und Religion*), mas nenhum consenso entre elas. Pretendo fazer do problema do totemismo o objeto de um estudo especial, em que buscarei solucioná-lo com o auxílio da abordagem psicanalítica.

Não apenas a teoria do totemismo é controversa, também os seus fatos mal podem ser enunciados em termos gerais, como tentei fazer acima. Quase não há afirmação a que não se tenha de acrescentar exceções ou contradições. Mas não se deve esquecer que também os povos mais primitivos e conservadores são antigos, em determinado sentido, e têm um longo passado atrás de si, no qual seu elemento original sofreu bastante desenvolvimento e deformação. De modo que hoje em dia achamos o totemismo, nos povos que ainda o exibem, nas mais diversas fases de decadência de fragmentação, de passagem para outras instituições religiosas e sociais, ou em configurações estacionárias que podem se encontrar distantes de sua natureza original. Portanto, a dificuldade está em não ser fácil decidir o que, no presente estado de coisas, pode ser visto como retrato fiel do passado significativo ou como deformação secundária do mesmo.

profundo, quando limitações ao casamento se revelaram necessárias. Como quer que seja, existe o laço entre totemismo e exogamia, e demonstra ser bastante firme.*

Na exposição precedente quase não houve oportunidade de mostrarmos que a aplicação do ponto de vista psicanalítico pode levar a uma nova compreensão dos fatos da psicologia dos povos, pois o horror ao incesto, entre os selvagens, há muito foi percebido como tal e não requer maior interpretação. O que podemos acrescentar é que ele constitui um traço peculiarmente infantil e uma notável concordância com a vida psíquica dos neuróticos. A psicanálise nos ensinou que a primeira escolha sexual do menino é incestuosa, concerne aos objetos proibidos, à mãe e à irmã, e também nos deu a conhecer as vias pelas quais ele se liberta, ao crescer, da atração do incesto. Já o neurótico representa para nós um quê de infantilismo psíquico, ele não conseguiu libertar-se das condições infantis da psicosexualidade ou reverteu a elas (inibição no desenvolvimento e regressão). Em sua vida psíquica inconsciente, então, as fixações infantis incestuosas da libido têm ainda — ou novamente — um papel determinante. Por isso chegamos a ver a relação com os pais, dominada por anseios incestuosos, como o *complexo nuclear* da neurose. O descobrimento dessa importância do incesto para a neurose depara naturalmente com a descrença geral das pessoas adultas e normais. A mesma rejeição encontram, por exemplo, os trabalhos de Otto Rank, que evidenciam cada vez mais como o tema do incesto está no âmago do interesse dos escritores, fornecendo material à poesia em incontáveis variações e distorções. Somos levados a crer que tal rejeição é, antes de tudo, um produto da

* Aqui foram omitidas outras considerações sobre tal proibição. [N.E.]

forte aversão do homem a seus antigos desejos incestuosos, desde então submetidos à repressão. Daí não carecer de importância, para nós, mostrar que os povos selvagens ainda veem como ameaçadores, e merecedores de rigorosas medidas de defesa, os desejos incestuosos humanos fadados a se tornarem inconscientes.

II

O tabu e a ambivalência dos sentimentos

1

“Tabu” é uma palavra polinésia cuja tradução nos apresenta dificuldades, pois já não possuímos o conceito por ela designado. Entre os antigos romanos ele ainda era comum, o seu *sacer* era o mesmo que o tabu dos polinésios. Também o ὄγος dos gregos e o *kodausch* dos hebreus devem ter significado o mesmo que os polinésios exprimem com “tabu”, e muitos povos da América, África (Madagascar), Ásia Central e do Norte, com denominações análogas.

O significado de “tabu” se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado quer dizer “santo, consagrado”; por outro, “inquietante, perigoso, proibido, impuro”. O contrário de “tabu”, em polinésio, é *noa*, ou seja, “habitual, acessível a todos”. Assim, o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente. A nossa expressão “temor sagrado” corresponde frequentemente ao sentido de “tabu”.

As restrições do tabu são algo diverso das proibições religiosas ou morais. Não procedem do mandamento de um deus, valem por si mesmas; distingue-as das proibições morais o fato de não se incluírem num sistema que dá por necessárias as privações, de forma geral, e fundamenta esta necessidade. As proibições do tabu prescindem

dem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes para aqueles sob o seu domínio.

Wundt afirma que o tabu é o mais antigo código de leis não escritas da humanidade. Considera-se geralmente que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião.

Como necessitamos de uma descrição imparcial do tabu, a fim de submetê-lo ao exame da psicanálise, transcrevo passagens do verbete “*Taboo*”, da *Encyclopaedia Britannica*, assinado pelo antropólogo Northcote W. Thomas.

“Propriamente falando, o tabu abrange apenas *a*) o caráter sagrado (ou impuro) de pessoas ou coisas, *b*) o tipo de proibição que resulta desse caráter, e *c*) a santidade (ou impureza) que resulta de uma violação da proibição. O contrário de tabu, na Polinésia, é *noa* e formas afins, que significam ‘geral’ ou ‘comum’. [...]”

“Num sentido mais amplo, várias classes de tabu podem ser diferenciadas: 1. Tabu natural ou direto, resultado do *mana* (poder misterioso) inerente a uma coisa ou pessoa; 2. Comunicado ou indireto, igualmente resultado do *mana*, mas *a*) adquirido ou *b*) imposto por um sacerdote, chefe ou outro alguém; 3. Intermediário, em que ambos os fatores estão presentes, como na apropriação de uma mulher pelo marido [...]” O termo é também aplicado a outras restrições rituais, mas não se deve chamar de tabu aquilo que é melhor caracterizado como “interdição religiosa”.

“Os objetos de tabu são muitos: 1. Tabus diretos visam *a*) a proteção de pessoas importantes — chefes, sacerdotes etc. — contra qualquer dano; *b*) a salvaguarda dos fracos — mulheres, crianças e pessoas comuns em geral — em relação ao poderoso *mana* (influência mágica) dos sacerdotes e chefes; *c*) a prevenção contra os pe-

rigos ligados à manipulação ou contato com cadáveres, ingestão de certos alimentos etc.; *d*) a garantia contra a interferência em atos vitais importantes como nascimento, iniciação, casamento e atividade sexual etc.; *e*) a proteção de seres humanos contra a ira ou o poder de espíritos e deuses; *f*) a proteção de crianças ainda não nascidas e de crianças pequenas, que têm um vínculo especialmente simpático com um ou ambos os genitores, quanto às consequências de determinadas ações, em particular quanto à transmissão de características supostamente derivadas de certos alimentos. 2. Tabus são impostos a fim de guardar de ladrões a propriedade de um indivíduo, seus campos, utensílios etc. [...].”

O castigo para a violação de um tabu era originalmente deixado para uma instância interior, de efeito automático. O tabu ferido vinga a si mesmo. Mais tarde, quando surgiram ideias de deuses e espíritos com os quais o tabu ficou associado, esperava-se que a punição viesse automaticamente do poder divino. Em outros casos, provavelmente devido a uma ulterior evolução do conceito, a própria sociedade assumiu a punição dos infratores, cuja conduta pôs em perigo os companheiros. Assim, os mais velhos sistemas penais da humanidade podem remontar ao tabu.

“A violação de um tabu torna tabu o próprio infrator. [...]” Alguns dos perigos trazidos pela violação podem ser conjurados por atos de penitência e purificação.

A fonte do tabu é atribuída a um poder mágico especial que é inerente às pessoas e espíritos e pode ser transmitido por eles através de objetos inanimados.

“Pessoas ou coisas vistas como tabu podem ser comparadas a objetos carregados de eletricidade; são a sede de um poder tremendo, que é transmissível por contato e pode ser liberado com efeito destrutivo, se os organismos que

provocam sua descarga forem muito fracos para resistir a ele. O resultado da violação de um tabu depende, em parte, da força da influência mágica inerente ao objeto ou pessoa tabu e, em parte, da força do *mana* contrária do violador do tabu. Assim, reis e chefes são possuidores de grande poder, e significa morte para seus súditos dirigir-se a eles diretamente; mas um ministro ou outra pessoa de *mana* maior que o comum pode aproximar-se deles impunemente, e também ser abordado sem risco por seus inferiores. [...] Assim, também os tabus indiretos dependem, para sua força, do *mana* daquele que os impõe; se é um chefe ou um sacerdote, eles são mais poderosos do que aqueles impostos por uma pessoa comum. [...]”

A transmissibilidade de um tabu é, certamente, a característica que deu ensejo a que se procurasse eliminá-lo com cerimônias de expiação.

Há tabus permanentes e temporários. Sacerdotes e chefes são dos primeiros, assim como pessoas mortas e tudo a elas relacionado. Tabus temporários ligam-se a certos estados, como a menstruação e o parto, aos guerreiros antes e depois das expedições, às atividades de caça e pesca etc. Um tabu geral pode ser instituído sobre uma região inteira, como uma interdição eclesiástica, e durar anos e anos.

Se avalio corretamente a impressão de meus leitores, creio poder afirmar que, após toda essa comunicação sobre o tabu, eles não sabem exatamente o que entender por isso e onde abrigá-lo em seu pensamento. Isto é, sem dúvida, consequência da informação insuficiente que de mim receberam, e da ausência de qualquer discussão sobre o nexos entre o tabu e a superstição, a crença nas almas e a religião. Por outro lado, receio que uma apresentação mais detalhada do que sabemos sobre o tabu tivesse um efeito ainda mais confuso, e posso garantir que a situação

é realmente obscura. Trata-se, então, de toda uma série de restrições a que se submetem esses povos. Isso ou aquilo é proibido, não sabemos por quê, e também não lhes ocorre fazer a pergunta; eles apenas as cumprem como algo óbvio, e estão convencidos de que uma transgressão será punida automaticamente, de forma severa. Há relatos confiáveis de que a inadvertida desobediência a essa proibição foi realmente punida de forma automática. O inocente infrator — que comeu de um animal para ele proibido, por exemplo — fica profundamente deprimido, aguarda sua morte e então morre de fato. A maioria das proibições diz respeito à capacidade de fruição, à liberdade de movimento e comunicação. Em muitos casos parecem dotadas de sentido, indicam evidentemente certas abstinências e renúncias; em outros casos são de teor incompreensível, contemplam detalhes sem valor, parecem de natureza inteiramente cerimonial. Por trás de todas essas proibições parece haver uma teoria, como se fossem necessárias porque certas coisas e pessoas detêm uma força perigosa que se transmite pelo contato com elas, quase como um contágio. Também a quantidade dessa perigosa característica entra em consideração. Uma coisa ou pessoa tem mais dela do que outra, e o perigo varia conforme a diferença entre as cargas. O mais singular é que quem chega a violar uma proibição dessas adquire ele mesmo a característica do que é proibido, como que assumindo toda a perigosa carga. Tal força é inerente a todos os que são algo especial, como reis, sacerdotes, recém-nascidos, a todas as condições excepcionais, como os estados físicos da menstruação, da puberdade, do nascimento, a tudo o que é inquietante, como a doença e a morte, e ao que a eles se relaciona por força de contágio ou difusão.

Mas “tabu” é igualmente tudo, tanto as pessoas como os lugares, objetos e estados passageiros, que são depositários ou fonte dessa misteriosa característica. Também se chama tabu a proibição que deriva dessa característica;

é denominado tabu, enfim, conforme seu sentido literal, algo simultaneamente sagrado, acima do habitual, e perigoso, impuro, inquietante.

Nessa palavra e no sistema que ela designa se exprime algo da vida psíquica, algo cujo entendimento ainda não está ao nosso alcance. Antes de tudo, parece difícil nos aproximarmos desse entendimento sem examinar a crença em espíritos e demônios, peculiar a essas culturas tão remotas.

Mas por que devemos voltar nosso interesse para o enigma do tabu? Acho que não apenas porque todo problema psicológico é digno de uma tentativa de solução, mas também por outros motivos. Suspeitamos que o tabu dos selvagens polinésios não se acha tão longe de nós como pensávamos inicialmente, que as proibições morais e tradicionais a que obedecemos poderiam ser essencialmente aparentadas a esse tabu primitivo, e que o esclarecimento do tabu lançaria luz sobre a obscura origem de nosso próprio “imperativo categórico”.

Portanto, é com atenção plena de expectativa que veremos o que nos diz um estudioso como Wilhelm Wundt acerca do tabu, tanto mais porque ele promete “remonstrar às raízes últimas da ideia de tabu”.

De acordo com Wundt, o conceito de tabu “abrange todos os costumes em que se exprime o temor ante certos objetos ligados às ideias de culto ou ante as ações que a elas se referem”.

Numa outra passagem: “Se entendemos por isso [por tabu], em correspondência com o sentido geral da palavra, toda proibição, estabelecida nos usos e costumes ou em leis expressamente formuladas, de tocar num objeto, reivindicá-lo para uso próprio ou utilizar certas palavras proibidas [...]”, então não existe povo e estágio de cultura que tenha escapado aos danos do tabu.